

A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE E A INTEGRIDADE TERRITORIAL DO BRASIL NOS PRIMÓDIOS DA REPÚBLICA: ALGUNS ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO.

Domingos Savio da Cunha Garcia. Professor de História na Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus de Cáceres. Doutorando em História Econômica na UNICAMP.

1. A Guerra do Paraguai tem sido apontada como um divisor de águas na história do Brasil, principalmente para o quem tem de marco inicial para o processo de crise do Império.¹ De nossa parte acreditamos ser também o momento iniciador do debate sobre a necessidade da integração do Brasil, de forma a manter a sua integridade territorial.

No segundo caso, o debate sobre a questão da integridade territorial aparece como produto de uma conjugação de esforços no sentido de integrar o interior do país ao centro político e econômico do Império, somada à visão civilizadora em plena evidência no meios intelectuais da época.²

De forma bastante rápida, este trabalho procura abrir uma discussão comparativa entre o debate sobre a integração territorial do Brasil, na figura de alguns de seus personagens, com o que concretamente estava ocorrendo com aquela que era uma das principais preocupações de parte dos envolvidos nesse debate: a questão da integridade territorial do país.

Para essa comparação vamos tomar como referência o processo de ocupação do oeste do Brasil, na fronteira com a Bolívia, no período que se segue à Guerra do Paraguai, até o processo de consolidação da República.

2. O início da Guerra do Paraguai foi uma surpresa para o Império. Uma surpresa que, em larga medida, advém do fato de que boa parte do sistema de defesa e da organização militar e diplomática do Paraguai foi organizado com a colaboração direta do Império, zeloso em construir naquele país um anteparo contra uma antiga idéia que circulava nas elites políticas da Argentina, a reconstrução do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Esse anteparo também tinha como dado a crença na lealdade de Solano López³

Quando a notícia da invasão de Mato Grosso chega à capital do Império, o susto e a consternação é geral. Segundo Nabuco, "não era uma guerra civilizada que nos tomava de surpresa, era como que uma invasão de bárbaros, o tropel e uma horda de hunos de repente lançados sobre nossa população indefesa".⁴

Para além dos problemas militares que tinha o exército imperial, cuja debilidade se revelou logo nos primeiros embates contra os invasores paraguaios, a situação na província de Mato Grosso passou imediatamente a ser do mais completo isolamento em relação ao centro político e militar do Império, o que impedia que fossem tomadas iniciativas imediatas no sentido de socorrer aquela longínqua província.

Como sabemos, à invasão paraguaia de Mato Grosso seguiu-se, no primeiro semestre de 1865, da província de Corrientes, na Argentina, e da província do Rio Grande do Sul. A invasão do sul do Brasil vai terminar em setembro daquele ano, com o cerco de Uruguaiana e a rendição dos forças paraguaias comandadas por Estigarribia.

Mas a província de Mato Grosso ainda permanecerá com boa parte de seu território ocupado por forças paraguaias, até que as operações de guerra na frente sul impelisses os invasores a se retirarem. Falando sobre os problemas que o governo imperial enfrentou para estimular o recrutamento para a guerra, Nabuco disse que "exterminado, porém como fora, o exército de Estigarribia, destruída a esquadra paraguaia, o país julgava a sua honra salva e, por causa do trecho deserto de Mato Grosso onde o inimigo se mantinha, não se levantava com o mesmo ímpeto de desforço que à primeira notícia da afronta e à passagem do rio Uruguai".⁵

A expedição enviada pelo governo imperial a Mato Grosso, respondendo ao apelo da opinião pública da Corte, resultará em um desastre total, com perdas de vidas, humilhações e uma constatação: além das dificuldades de acesso, era completo o desconhecimento daquela região do Império. A retirada de Laguna, transformada em um épico pelo visconde de Taunay, foi o desfecho dessa expedição.⁶

3. O desenrolar da Guerra do Paraguai leva para o teatro de operações, em diferentes momentos e situações, alguns personagens que, durante e após o conflito, levantarão o debate sobre a questão da integração do interior do país ao conjunto do Império, particularmente de suas regiões situadas mais ao oeste, a "distante" província de Mato Grosso.

O primeiro desses personagens a que nos referiremos é André Rebouças. Rebouças, formado como engenheiro militar, foi para o Paraguai por livre decisão, logo que a invasão do Mato Grosso foi consumada e conhecida no Rio de Janeiro.⁷ Antes de partir, no entanto, começou a questionar os planos de rechaçar a invasão paraguaia pelo sul, a partir do território da Argentina, como mais tarde se efetuou.

Rebouças procura o então ministro da guerra, Beuarepaire Rohan, e propõe que a reação seja feita através de uma estrada que ligasse o Paraná ao Paraguai, aproveitando o rio Iguaçu. O que Rebouças queria evitar é que o exército imperial lutasse em território argentino.⁸ Essa alternativa ele vai sempre colocar como melhor do que aquela que acabou sendo seguida. Via na opção que acabou sendo seguida um obstáculo para a integração de Mato Grosso. Dizia que

Mato Grosso é a tristíssima vítima de todos os nossos erros no Rio da Prata. E o que há de mais atroz é que nossos governantes se desculpem com a província de Mato Grosso para manter no Rio da Prata uma política infernal, que arrasta este país para uma crise medonha.

Eles dizem: é necessário a intervenção no Rio da Prata para termos caminho para Mato Grosso!

*Que pretexto e que mentira! Grita horrorizada a topografia deste país imenso!*⁹

Após a Guerra do Paraguai André Rebouças vai se debater pela construção de uma ferrovia para Mato Grosso e pela ligação interoceânica.¹⁰

O visconde de Taunay, oficial engenheiro, monarquista liberal, integrante da expedição que irá a Mato Grosso em 1866 e que resultará na retirada da Laguna, também tem boa parte de seus escritos relacionados ao oeste, particularmente a Mato Grosso mas também fazendo referência a Goiás. Defensor da imigração, da "grande naturalização" e de outras medidas "civilizadoras", Taunay transparece em seus escritos uma visão saudosista do "distante e abandonado Mato Grosso". Como solução para ocupar e integrar o oeste ao centro do Império defende a colonização, ferrovias entre outras medidas.¹¹

Outro personagem que também levantou a questão da integração do Brasil foi o general Osório, figura de destaque na Guerra do Paraguai, membro do Partido Liberal e senador durante o Império. Em seus discursos no Senado, Osório vai defender mais de uma vez a construção de uma ferrovia que ligasse o centro do Império à província de Mato Grosso.¹² Evidente estava que Osório não esquecia o que havia acontecido na Guerra do Paraguai, quando Mato Grosso foi ocupado e o governo central ficou de mãos atadas, sem meios efetivos de ajudar aquela província, entre os quais estavam as dificuldades de acesso. O general Osório pensava fundamentalmente no valor estratégico de tal ferrovia.

Outro grupo que defendeu arduamente a questão da integração, como elemento de contenção para a defesa da integridade territorial do Brasil foram os militares. Esse grupo ascendente na esfera política nacional, era manifestamente nacionalista, com forte influência positivista em parte de seus componentes e que vai se radicalizando na fase final do Império e nos primeiros anos da República. Para este setor, soberania e unidade, por exemplo, são inseparáveis. Esse sentimento que brota com a Guerra do Paraguai vai criar uma forte resistência dos militares em relação os políticos. Segundo eles, a ação dos civis poderia colocar em risco a integridade territorial do Brasil.¹³

4. Do que dissemos muito rapidamente sobre alguns dos personagens citados e a questão da integração e integridade territorial do país, podemos observar que é um sentimento que aparece com a Guerra do Paraguai. Mesmo para aqueles que não participaram diretamente do conflito, como a jovem oficialidade positivista, a influência do conflito foi bastante forte.

É possível observar que esses personagens e segmentos sociais passam a olhar o Brasil de uma maneira diferente, como que invertendo o seu ponto de referência: antes, do centro político para o interior, agora, do interior para o centro, para o Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a preocupação com a integração, com a ocupação do país e, principalmente, com a integridade territorial do país ganha força nos anos finais do Império e, principalmente, no começo da República.

5. Aqui então podemos levantar as seguintes questões: tinham esses setores razão? Suas preocupações eram justas e poderiam se tornar efetivas? A integridade territorial do Brasil corria efetivamente risco se não fossem tomadas medidas no sentido de integra-lo?

A integridade territorial do Brasil foi mantida durante todo o Império, mesmo que no período regência tivesse passado por duras provas. Ao nos aproximar do final do Império, no entanto, se no plano interno havia certa coesão nacional, a situação internacional havia mudado. A passagem a uma nova fase nas relações entre as nações abre um novo período de expansão colonial, cuja referência é o processo de colonização contemporânea da África, iniciado nos primeiros anos da década de 80 do século XIX.¹⁴

A abertura dessa nova fase nas relações entre as nações, vale dizer, entre as nações em estágio avançado de desenvolvimento capitalista e aquelas que se encontravam em estágio atrasado, poupou a América Latina daquelas características centrais que marcaram a colonização africana: ocupação, exploração econômica, conflitos militares e um atraso marcante no período pós-colonização.

No entanto a exploração econômica por parte dos países avançados foi evidentes na América Latina em todo o século XIX, lançando as bases para um processo de atraso que, em larga medida perdura até os dias atuais. É conhecido como a Inglaterra não precisou ocupar nenhum território importante para fazer da América Latina uma área sob o seu domínio econômico durante todo aquele século.¹⁵

6. Aqui queremos abrir uma página ainda pouco discutida pela historiografia brasileira, aquela advinda das possibilidades de ocupação direta de território brasileiro nesse período.

As pesquisas que temos realizado sobre a presença estrangeira no oeste brasileiro nos primórdios da República nos leva a concluir que tinham razão os integrantes dos diferentes setores da sociedade brasileira que, como apontamos anteriormente, defenderam a necessidade de integração do país e procuraram chamar atenção para os perigos de desintegração territorial do Brasil.

Entre 1895 e 1910 há uma série de ações por parte de empresários e capitalistas belgas no sentido da aquisição de propriedades e de concessões para exploração de borracha no estado de Mato Grosso, na região da fronteira com a Bolívia, no extremo oeste do Brasil.

Essa ação se inicia em 1895 quando uma sociedade belga, a *Compagnie des Produits Cíbils, á Anvers*, compra o estabelecimento de Descalvados, que ocupava uma área de cerca de um milhão de hectares. Descalvados era uma grande fazenda de criação de gado onde o cidadão uruguaio Jaime Cibils Buxaréu construiu e operou por cerca de quatorze anos uma fábrica de caldo de carne, cuja produção era destinada exclusivamente para exportação. Além do caldo de carne, era exportado também o couro e outros subprodutos do gado. Uma fábrica de sabão destinado ao

mercado regional completava a produção do estabelecimento. Um estabelecimento fabril grande para os padrões da época¹⁶

Uma característica dessa fazenda, e depois fábrica, era a sua localização geográfica. Estava situada à margem esquerda do rio Paraguai a meio caminho entre as cidades de São Luiz de Cáceres e Corumbá, fazendo fronteira com a Bolívia e tendo uma forma de península.

Seis anos depois a mesma companhia belga comprou a fazenda São José, também na região do Pantanal e localizada próximo a Descalvados. Essa outra fazenda tinha quinhentas mil hectares de terra.¹⁷

Ao mesmo tempo que comprava a segunda fazenda, os proprietários de Descalvados passaram a direcionar as suas atividades para a região norte da província de Mato Grosso. Tornaram-se concessionários de duas áreas para extração de borracha na região do rio Guaporé, também na fronteira com a Bolívia.¹⁸

O vale do Guaporé era uma região rica em borracha onde o Estado estava praticamente ausente e os comerciantes da borracha mandavam.

Além dos proprietários de Descalvados, outros europeus, provavelmente com ligações com os belgas proprietários de Descalvados, também conseguiram do governo da província várias concessões de terras para a extração da borracha. Todas essas concessões se localizavam ou na faixa de fronteira com a Bolívia, na bacia dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, ou próximo a ela. Um desses concessionários, o francês Louis Olivier, recebeu do governo de Mato Grosso uma concessão localizada na margem direita do rio Jamarí. Em seguida comprou de um outro concessionário a concessão da margem esquerda, de modo que se tornou proprietário das concessões das duas margens, com terras que compreendiam boa parte do norte daquele que hoje é o Estado de Rondônia, naquele período parte do território de Mato Grosso.¹⁹

A ação estrangeira naquela região não era desinteressada. Logo que compraram Descalvados, os belgas tentaram estabelecer naquele local um consulado da Bélgica, o que foi rejeitado pelo governo brasileiro. Então os belgas fizeram de Descalvados um vice-consulado; o consulado foi estabelecido em Corumbá. O vice-cônsul (depois cônsul) escolhido foi o próprio administrador de Descalvados, François Van Dionant²⁰.

Todas essas ações estavam acontecendo no momento em que estava em disputa o território do Acre, próximo a Mato Grosso, rico em borracha e ocupado por seringueiros brasileiros, dando motivo a intensa controvérsia diplomática. A "questão do Acre", como ficou conhecida, ganhou outro rumo quando apareceu na disputa uma *chartered company* chamada Bolivian Syndicate, formado por americanos e ingleses e contando com o apoio do governo do primeiro. O Bolivian Syndicate foi articulado por empresários europeus sob impulso do governo boliviano, que via nessa empresa uma tentativa de barrar a presença brasileira no Acre.²¹

A experiência com as *chartered company* na África mostrava que elas atuavam exercendo as funções que eram típicas do Estado, inclusive as de defesa e de cobrança de impostos. No caso africano o caso mais conhecido de uma ação privada era o Estado Independente do Congo que, ultrapassando todos os limites de uma *chartered company*, não era somente um substituto de determinadas funções do Estado senão que era o próprio Estado, com a diferença de que no lugar de um governante tinha um proprietário, o rei Leopoldo II, da Bélgica.²²

A ação diplomática do Brasil, dirigida pelo Barão do Rio Branco, terminou levando a um acordo com a Bolívia e à compra do Acre, efetuado com a celebração do Tratado de Petrópolis. O governo brasileiro atuou no sentido de impedir que o Bolivian Syndicate se estabelecesse no Acre. Uma indenização foi paga aos organizadores da empresa e ela encerrou suas atividades.²³

No entanto, toda a disputa com a Bolívia em torno da questão do Acre e a possibilidade do Bolivian Syndicate se estabelecer na região deve ter criado expectativas entre os belgas que atuavam em Mato Grosso.

Não existe até agora nenhuma prova efetiva mas é provável que por trás das ações dos empresários belgas que atuavam em Mato Grosso estava o rei Leopoldo II. Essa conjectura é possível de ser feita quer pelos sócios das empresas que atuavam em Mato Grosso, ligados ao rei, quer pelos administradores que foram enviados a Descalvados, todos ex-oficiais da força militar de Leopoldo no Congo.²⁴

Então essa conjectura nos permite levantar a hipótese de que um desfecho favorável ao Bolivian Syndicate no Acre, poderia abrir caminho para experiências semelhantes em outras regiões. Nesse caso os belgas estariam bem posicionados para levar adiante a sua ação em Mato Grosso.

Pode-se opor a essa hipótese o argumento de que o Brasil estava na América e não na África e que tinha a influência crescente dos Estados Unidos e decrescente, mas ainda respeitável, da Inglaterra. Mas o Bolivian Syndicate, associando capitalistas daqueles dois países abria um franco nesse argumento, que poderia ser usado por outros países para a eles se associarem ou realizarem empreendimentos semelhantes.

Por volta de 1906, após o fim da disputa do Acre, favorável ao Brasil, os belgas começam a dar sinais de retirada de seus empreendimentos em Mato Grosso, seja pelo abandono de suas concessões, seja pela decadência de Descalvados, que nem a mudança da razão social da companhia controladora ajudou a melhorar. Acreditamos que o desfecho do caso do Acre, somado a uma maior presença do Estado brasileiro na região oeste nos primeiros anos do século XX, deve ter tirado o ânimo dos belgas, que se viram agora encurralados em sua tentativa de realizar uma experiência semelhante ao Congo aqui na América. Ao desfecho da questão do Acre e a uma maior presença do Estado deve ser somada a morte do rei Leopoldo II, em 1909.

Em janeiro de 1911 os belgas vendem Descalvados para a Brazil Land Cattle and Packing, do norte-americano Percival Farquhar.²⁵ O empreendimento passava a uma nova fase.

7. Do que expusemos sobre a presença estrangeira no oeste brasileiro nos primeiros anos da República, podemos concluir que essa presença poderia efetivamente ter colocado em questão a integridade territorial do país. Portanto não foi descabida ou exagerada os argumentos, apelos e ações de diferentes personagens e seguimentos sociais que se preocupavam com a integração do país e com a defesa de sua integridade territorial na fase final do Império e nos primórdios da República.

Se durante a fase final do Império a integridade territorial não esteve ameaçada, o mesmo não se pode dizer dos anos iniciais da República. A geopolítica internacional abriu um novo período e a integridade territorial do Brasil esteve de fato ameaçada.

À essa ameaça de desintegração territorial a partir da frente externa, deve ser somada a ameaça interna, advinda das disputas entre diferentes frações das oligarquias regionais, e que também não deve ter passado despercebida pelos belgas já que em Mato Grosso as disputas interoligarquicas marcaram a primeira fase republicana.²⁶ Mas essa discussão ultrapassa os limites deste trabalho.

NOTAS

¹ Sobre a questão ver principalmente o primeiro capítulo de HOLANDA, Sérgio Buarque. *Do Império à República*. In HOLANDA: Sérgio Buarque (org.). HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. 5ª ed.: São Paulo: Bertrand Brasil, 1997. Ver também COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UBCAMP, 1996. Para um contemporâneo dos acontecimentos ver NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v. P. 511-518 e 751-769.

² Uma importante análise dos debates entre diferentes setores intelectuais durante o Império está em ALONSO, Ângela. *Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. In REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo, V. 15, n. 4, p. 35-55, outubro, 2000.

³ NABUCO, Joaquim. Op. cit., p.534-536.

⁴ Ibid., p. 509.

⁵ Ibid., p. 583.

⁶ TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. 16ª ed. [s.i.]: Melhoramentos, 1963.

⁷ SANTOS, Sidney M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1985, p. 52-54.

⁸ Ibid., p. 53.

⁹ Ibid., p. 284..

¹⁰ Ibid., p. 150-159 e 299.

¹¹ TAUNAY, Visconde de. *Augusto Leverger*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [18--], p. 10-18 ---
-----Goyas. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [18--].

¹² MAGALHÃES, J. B. *Osório. Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978, p. 270.

¹³ QUEIROZ, Suely R. R.. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 220, 230.

¹⁴ WESSELING, H. L. *Dividir para dominar. A partilha da África. 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Revan, 1999.

¹⁵ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 89-91.

¹⁶ STOLS, Eddy. *O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. In BOLETIM de Estudios Latinoamericanos y del Caribe. Amsterdã, n. 8, p. 57-73, junho 1975.

¹⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Ano 1900, lata C. Documentos avulsos.

¹⁸ APMT - 43 . RELATORIO da Repartição de Terras, Minas, colonização e Obras Publicas, com relação ao anno próximo findo de 1906, apresentado pelo director Eloy Hardman. Cuyabá, 17 de abril de 1907. P. 7.

¹⁹ Idem, Ibid.

²⁰ STOLS, Eddy. Les Belges au Mato Grosso et en Amazonie ou la récidive de l'aventure congolaise (1895-1910). In DUMOLIN, Michel; STOLS, Eddy (Dir.). *La Belgique et l'étranger aux XIXe et XXe siècles*. UNIVERSITÉ DE LOUVAIN: Recueil de travaux d'histoire et de philologie. Louvain-la-Neuve: Collège Érasme; Bruxelles: Éditions Neuwelaerts. 6^a Série, Fascicule 33, p.103-104. 1987.

²¹ TOCANTINS: Leandro. *Formação histórica do Acre*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Rio Branco: Governo do Estado do Acre. 1979, p. 15-38.

²² Sobre o Estado Independente do Congo ver HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*. São Paulo: Cia da Letras, 1999.

²³ TOCANTINS, Leandro. Op. cit., p. 203-205.

²⁴ STOLS, Eddy. Op. cit., p. 88-94.

²⁵ APMT. PARECER do Conselho Jurídico do Estado de Matto-Grosso. Ano 1911, lata E. Documentos avulsos.

²⁶ CARONE, Edgar. *A República Velha: II - evolução política (1889-1930)*. 3^a ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977, p. 79-80.